

Jonas Pereira



Marconi, entre Serys (E), Virgílio e Azeredo, presidiu sessões em que o Plenário aprovou várias propostas

Senado aprova a PEC dos Precatórios

- ▶ Plenário acolhe projeto de lei que restringe a prisão especial
- ▶ Imigrantes podem ter novo prazo para requerer residência provisória
- ▶ Residentes no exterior devem ter direito a eleger deputado no Brasil

O Plenário do Senado aprovou ontem, em dois turnos, a proposta de emenda constitucional que disciplina a liquidação de precatórios – ordens de pagamento originadas de decisões judiciais – por União, estados e municípios. Essa matéria, que ainda vai ao exame da Câmara dos Deputados, foi uma das várias proposições analisadas pelos senadores. Em primeiro turno, foi aprovada outra proposta de emenda à Constituição: a que institui a Lei de Responsabilidade Social. **2 a 5**

Genito Mangêlo



No Plenário, senadores debateram regularização de imigrantes e voto de brasileiros que residem no exterior

Quintanilha prepara projetos para criar "sistema S" do turismo

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Leomar Quintanilha, anunciou durante audiência pública que pretende apresentar projeto de lei criando o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (Sestur) e o

Serviço Nacional do Turismo (Senatur), o "sistema S" do setor. No debate, especialistas alertaram para a necessidade de investimentos na qualificação de mão de obra para atender aos turistas que assistirão no país à Copa do Mundo de 2014. **5**



Silvio Assis, Nelson de Abreu Pinto, Leomar Quintanilha e Mário Beni, na audiência

José Cruz

Voto de pesar pela morte de Raúl Alfonsín

Senado lamenta perda de ex-presidente da Argentina. José Sarney comparece ao funeral como chefe da delegação brasileira. **7**

José Cruz



Cota em debate: vaga em universidade deve ser reservada para negros ou para pobres?

Requerimento de Marconi Perillo deve adiar votação de projeto que estabelece cotas para ingresso em universidade pública. O senador pretende que seu projeto que reserva vagas para alunos de escolas públicas, independentemente da cor, também seja examinado pela CCJ. Ministro Edson Santos (ao lado de Demostenes) e senadores concordam que sistema de cotas deve ser transitório. **4**

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

CCJ tem 26 requerimentos em pauta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para votar 37 itens, sendo 26 deles requerimentos.

Infraestrutura vota projeto sobre eclusas

Às 8h30, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne para votar substitutivo a projeto que caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias. Também deverá ser analisado projeto que trata de linha de crédito para a produção de biodiesel.

Alterações no Estatuto das Cidades

Em reunião, às 9h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa dois projetos de lei que alteram o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01): o que estabelece diretrizes gerais da política urbana; e o que determina a legitimidade do Ministério Público para propor a ação de usucapião especial urbana.

Plenário analisa PECs sobre maioria penal



Às 14h, a sessão é deliberativa. Dentre os itens da pauta estão cinco propostas de emenda à Constituição que tramitam em conjunto e alteram a maioria penal, e uma sobre a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Mortalidade materna em pauta na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne, às 10h, para votar dez proposições. O primeiro projeto em pauta é o que prevê a criação de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna, no âmbito dos municípios, dos estados e do Distrito Federal. Também deverão ser votados os projetos que dispõem sobre a regulamentação da profissão de enólogo e o que institui formas de incentivo ao uso da energia solar.



Indicações para embaixadores

Três indicações de diplomatas para o cargo de embaixador do Brasil – no Líbano (Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura), em Granada (Paulo Wangner de Miranda) e em Barbados (Appio Claudio Muniz Acquarone Filho) – estão na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que se reúne às 10h.

Campanha da Fraternidade

A exposição *Campanha da Fraternidade – 45 anos* pode ser visitada, das 9h às 17h, na Galeria Senado. A mostra vai até amanhã. Às 18h, no Auditório Antônio Carlos Magalhães, do Interlegis, será apresentado o Seminário Internacional sobre Direito de Acesso a Informações Públicas.

Requerimentos de audiências em CPI

Na pauta de votações da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais (CPI das ONGs), há 34 requerimentos de audiências e tomadas de novos depoimentos. O colegiado se reúne às 10h.

Proposta sobre estrangeiros que vivem em situação irregular no Brasil foi aprovada ontem, com emendas, pelo Senado e retornará para a análise dos deputados



Plenário aprova por unanimidade PEC que permite aos brasileiros residentes no exterior eleger deputados federais

Projeto reabre prazo para a regularização de imigrantes

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que reabre para os imigrantes em situação irregular o prazo para que solicitem residência provisória no Brasil. A matéria (PLC 10/09) retornará para análise da Câmara, tendo em vista a aprovação de quatro emendas apresentadas pelo relator, Romeu Tuma (PTB-SP).

Pela proposta, poderá requerer residência provisória o estrangeiro que, tendo ingressado no território nacional até 1º de novembro de 2008, nele permaneça em situação migratória irregular. O projeto original previa a data limite de 1º de fevereiro deste ano, mas Tuma optou pela alteração por entender que, após o anúncio feito pelo governo no

ano passado sobre a reabertura do prazo para regularização de imigrantes, “comerciantes inescrupulosos” poderiam ter facilitado a entrada ilegal de estrangeiros. O requerimento de residência provisória deverá ser dirigido ao Ministério da Justiça até 180 dias após a publicação da lei, acompanhado de comprovante original do pagamento da taxa de expedição da carteira de identidade de estrangeiro (CIE) em valor correspondente a 25% do fixado para a expedição de primeira via de carteira de identidade de estrangeiro permanente.

O imigrante também deverá apresentar comprovante do pagamento da taxa de registro;

declaração de que não responde a processo criminal ou foi condenado criminalmente, no Brasil ou no exterior; e qualquer documento que permita atestar o ingresso no território nacional no prazo previsto. Concedido o registro provisório, o Ministério da Justiça expedirá a carteira de identidade de estrangeiro com validade de dois anos.

A checagem das informações será realizada por meio de processo administrativo instaurado no Ministério da Justiça, de ofício ou mediante representação fundamentada, respeitados a ampla defesa e o contraditório, assegurado o prazo para recurso de 15 dias, contados a partir da notificação.

Residentes no exterior poderão eleger representante na Câmara

Os brasileiros residentes no exterior poderão eleger, pelo sistema majoritário, seus representantes na Câmara dos Deputados. É o que prevê proposta de emenda à Constituição do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovada ontem por unanimidade, em Plenário. Foram 59 votos favoráveis.

Apesar de o relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ter apresentado substitutivo, foi acolhido requerimento para que houvesse prevalência de votação do projeto original. A matéria ainda precisa ser examinada em segundo turno.

A PEC 5/05 tem por objetivo equiparar o Brasil a outros países que admitem o voto

de cidadãos que residem no exterior, como Portugal, Itália e França, entre outros. Atualmente, a legislação eleitoral do Brasil permite apenas que os residentes no exterior votem para presidente da República.

O autor da proposta, durante os debates, frisou que a PEC apenas abre a possibilidade para essa representação, e seria necessário editar uma lei para regulamentá-la, determinando, por exemplo, quantos serão os deputados federais representantes dos residentes no exterior.

– O objetivo do projeto é abrir essa oportunidade – disse Cristovam.

Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Tião Viana (PT-AC), Alvaro Dias (PSDB-PR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG),



Cristovam lembra que será necessária uma lei para regulamentar a decisão

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Marco Maciel (DEM-PE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Romeu Tuma (PTB-SP) afirmaram que a proposição moderniza a legislação e é democrática, dando voz a um grupo de brasileiros e evitando a quebra dos laços.

Estima-se que haja 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior, que injetam cerca de US\$ 5 bilhões por ano na economia nacional, com a remessa de dinheiro para suas famílias.

Resolução moderniza norma da radiodifusão

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução do Senado (PRS 11/08) que estabelece novos critérios para a apreciação, por parte dos senadores, dos atos de outorga e renovação de concessões e permissões e de autorização para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. As matérias deverão agora seguir rito específico no Senado, que inclui a abertura de prazo para manifestação de apoio ou con-

testação dos senadores, a partir do momento em que forem recebidas pela comissão, onde serão analisadas em decisão terminativa. Se as contestações forem fundamentadas e enviadas às autoridades competentes, as matérias ficarão sobrestadas na Casa por 90 dias.

O projeto vai à promulgação e revoga a Resolução do Senado 39/92, que trata desse assunto.

O autor do projeto, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), alega

que houve muitas alterações na legislação que regulamenta o assunto ao logo dos 16 anos de vigência da Resolução 39/92. Outro argumento apresentado pelo senador é a não incorporação, por exemplo, do exame da documentação mencionada na Lei 9.612/98, que institui o serviço de radiodifusão comunitária, gerando incompatibilidade entre a norma e a nova realidade do setor de radiodifusão vivida pelo país nos últimos anos.

Aprovada pelo Senado após mais de três anos de tramitação, proposta estabelece que o pagamento será feito na ordem cronológica de apresentação, mas concede prioridade às pessoas que têm 60 anos de idade ou mais



Fotos de Fernando Magalhães

Renan lembra que municípios foram afetados com a queda dos repasses do FPM, em decorrência da redução de IPI sobre a venda de veículos



José Agripino lamentou a queda nos repasses do FPM a prefeituras

Texto é produto de longa negociação, afirma Agripino

Antes da votação da PEC dos Precatórios, José Agripino (DEM-RN) defendeu a aprovação da matéria. O líder do DEM lembrou que o texto, resultado de sete anos de negociação, determina percentuais da receita da União, estados e municípios que podem ser gastos com precatórios.

O senador também lamentou a queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A redução tem levado prefeitos a desobedecerem a Lei de Responsabilidade Fiscal, alertou. Agripino lembrou que muitos municípios têm o repasse sequestrado para pagamento de precatórios.

Dívidas somam hoje R\$ 100 bi, segundo Renan

Renan Calheiros defendeu a aprovação da PEC dos Precatórios. A manifestação do senador ocorreu antes da votação da matéria. Renan é autor de uma das sete propostas que deram origem ao substitutivo acatado em Plenário.

– Quando apresentei a proposta [PEC 12/06], os precatórios somavam R\$ 60 bilhões. Hoje, totalizam R\$ 100 bilhões – disse.

Na opinião do senador, é preciso evitar que o mercado de precatórios seja dominado “por aqueles que ganham milhões de reais comercializando essas dívidas e que são contra a aprovação da proposta”.

Senado encaminha à Câmara novas regras para precatórios

O SENADO APROVOU na noite de ontem a proposta de emenda à Constituição que estabelece novas regras para a quitação de precatórios por estados, Distrito Federal e municípios. Precatórios são ordens de pagamento originadas de decisões judiciais contra entes federativos, e sobre elas não cabem mais recursos. A matéria será enviada agora à deliberação da Câmara dos Deputados.

A proposição (PEC 12/06) tramitou durante mais de três anos no Senado. Ela foi apresentada pelo então presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), inspirada em proposta feita à época pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, atual ministro da Defesa.

A proposta foi votada ontem em dois turnos. No primeiro, a matéria recebeu 54 votos favoráveis e 1 abstenção. O senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que presidiu a sessão durante toda a votação, convocou três sessões extraordinárias seguidas para que os prazos regimentais

pudessem ser cumpridos. No segundo turno, o voto pela abstenção se manteve e 58 senadores manifestaram “sim”.

Preferência

O texto aprovado estabelece que os pagamentos dos precatórios deverão ser feitos na ordem cronológica de sua apresentação. Porém, os débitos de natureza alimentícia (decorrentes de salários, proventos, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez) serão pagos com preferência sobre os demais. Entre os precatórios de natureza alimentícia, a prioridade é para o pagamento do titular que tiver 60 anos de idade ou mais.

Segundo a iniciativa, a correção dos valores dos precatórios, independentemente de sua natureza, será feita através do índice oficial de correção e percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

Chamada PEC dos Precatórios, a matéria também estabelece que lei complementar poderá criar um regime especial para

pagamento de crédito, dispondo sobre vinculações à receita corrente líquida, incidência de encargos e forma e prazo para liquidação. Enquanto essa lei não for aprovada, estados, DF e municípios depositarão anualmente, em conta especial criada para esse objetivo, valor calculado de acordo com suas receitas correntes líquidas.

Situação grave

Durante a discussão da proposta, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) revelou a situação de alguns municípios paulistas que enfrentam perda de governabilidade em virtude dos precatórios. Em Serrana, por exemplo, um grupo musical ganhou na Justiça o direito de receber, por um show, R\$ 1,5 milhão. “Nem show dos Rolling Stones custa isso”, comparou.

Por sua vez, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) observou que esse era o momento oportuno para o Senado aprovar uma saída para os precatórios. Lembrou que a situação financeira dos estados e municípios é grave.

Kátia Abreu lembra dificuldades dos municípios

Ao comentar a aprovação da PEC dos Precatórios, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou que as medidas previstas na proposição “amenizam as dificuldades enfrentadas pelos municípios”. Ela foi relatora das emendas à matéria examinadas na manhã de ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A parlamentar ressaltou que, entre outros itens, o texto aprovado determina que um percentual entre 0,6% e 1,5% da receita corrente líquida das prefeituras será reservado para o pagamento dos precatórios. Ela argumentou que medidas como essa são necessárias porque, atualmente, “quase todo o orçamento de muitos municípios está comprometido com despesas obrigatórias”.

Kátia Abreu disse ainda que as prefeituras foram prejudicadas

pela crise econômica, que provocou a queda nas arrecadações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR). O resultado, disse, foi a redução na parcela desses tributos destinada ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– No primeiro trimestre deste ano, os repasses do FPM caíram quase três bilhões de reais – frisou.

Além disso, assinalou, as prefeituras foram afetadas pelas isenções de impostos que o governo federal concedeu a certos segmentos da economia. É o caso da redução do IPI para o setor automobilístico, lembrou. Apesar de concordar com a iniciativa, ela lembrou que o tributo fornece recursos para o FPM.

– Os municípios precisam de uma compensação – defendeu.

Responsabilidade Social passa em primeiro turno

Foi aprovada ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03) que cria a Lei de Responsabilidade Social. De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), o texto estabelece normas para garantir que os investimentos públicos tenham como prioridade o atendimento dos direitos sociais de todos os cidadãos. Segundo a autora, a medida poderá permitir que as desigualdades sociais e regionais sejam progressivamente reduzidas. O objetivo é que o país alcance um estado de bem-estar e de justiça social.

O projeto determina que o administrador público federal, estadual e municipal cumpra um plano de metas, denominadas “macrossociais”, que definirão as prioridades gerenciais na área, a exemplo das metas fiscais e macroeconômicas. O cumprimento das metas macrossociais será verificado por meio do Índice de Responsabilidade Social, instituído pela PEC. Lei complementar deverá estabelecer os parâmetros que avaliarão as ações de interesse das camadas mais pobres da população.

– Todas as minhas convicções me apontam que é preciso avançar mais na área social, no que diz respeito à eficiência e à eficácia das políticas públicas hoje executadas pelo Estado – afirmou Lúcia Vânia.

A proposta de emenda à Constituição terá de passar por um segundo turno de votação.



Proposta de Lúcia Vânia institui metas macrossociais nas políticas públicas

BRIGADEIRO SAMPAIO TERÁ NOME INSCRITO NO LIVRO DOS HERÓIS

O Plenário aprovou projeto de lei que inscreve o nome de Antônio Sampaio, o Brigadeiro Sampaio, no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Nascido em Tamboril (CE), em 1810, Sampaio teve atuação destacada em campanhas de manutenção da integridade territorial do país na fase imperial. Foi condecorado seis vezes por dom Pedro II, então imperador do Brasil. Também foi consagrado Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro, em 1940, pelo então presidente da República, Getúlio Vargas.

Conflito

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), também apoiou a aprovação da proposta. Para ele, “o Senado deu uma clara contribuição na luta contra a crise econômica”.

O senador comentou o conflito que existe entre os credores (que desejam receber os valores relativos aos precatórios) e os prefeitos (que pleiteiam mais liberdade para dispor dos recursos dos orçamentos municipais). Para Arthur Virgílio, “é justo que os credores recebam o que lhes é devido”. Mas questionou se é correto que o pagamento dos precatórios impeça a realização de obras fundamentais para a saúde ou a educação.

– A crise nos obriga a colocar na pauta principal a preocupação com a conjuntura – argumentou o senador.



Gerardo Magela

Serys lê carta que discute crise

Serys Ilhessarenko (PT-MT) leu em Plenário carta a ser encaminhada aos líderes do G-20 (grupo formado pelas 20 maiores economias do mundo), que se reúne hoje, em Londres, objetivando discutir soluções para a atual crise financeira global. O documento foi elaborado durante a primeira reunião da Comissão Internacional do Clima e Segurança Energética, realizada em Washington nos últimos dias 30 e 31.

A senadora também defendeu em seu discurso a manutenção da exigência do diploma para jornalistas, tema que está na pauta do Supremo Tribunal Federal.

Senador comemora os 38 anos da Ocepar, entidade paranaense

Osmar Dias exalta cooperativas do PR

O senador Osmar Dias (PDT-PR) homenageou a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) pela passagem dos seus 38 anos, a serem comemorados amanhã. Salientou que a entidade representa todos os cooperados do estado, sendo "um exemplo de competência, ética e seriedade e um instrumento poderoso para o desenvolvimento". O senador cobrou a aprovação de projetos que beneficiam o setor.

Tarso Genro vai comparecer à CCJ

O ministro da Justiça, Tarso Genro, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, comparecerão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para esclarecer e dar maiores detalhes sobre a operação Castelo de Areia, desenhada pela Polícia Federal. A data ainda será marcada.

De acordo com as investigações feitas pela Polícia Federal, a empreiteira Camargo Corrêa teria feito doações ilícitas a partidos políticos e enviado ilegalmente recursos ao exterior.

Borges contesta Jaques Wagner

O senador César Borges (PR-BA), ex-governador da Bahia, criticou o atual governador, Jaques Wagner, por declarações à imprensa que questionam as administrações passadas do estado. Para ele, Wagner está tentando reescrever a história da Bahia.

– Não admitirei que ele diga que no passado nada se fez pela Bahia. Ele está cometendo uma injustiça – disse Borges, que lembrou ser a Bahia a sexta economia do país



Gerardo Magela

Senador classifica entrevista de governador baiano como mentirosa

ACM Júnior vê retrocesso na Bahia

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) protestou contra entrevista concedida esta semana pelo governador da Bahia, Jaques Wagner, criticando administrações baianas anteriores.

O senador disse que a entrevista é "mentirosa e distorcida" e que Wagner não cumpriu promessas de campanha. Citou que seu governo é marcado pela dengue e que em Salvador a violência ceifou a vida de 452 pessoas.



Jonas Pereira

César Borges afirma que "Bahia cresceu antes de Jacques Wagner"

Consultores legislativos e profissionais de comunicação do Senado apoiam reestruturação administrativa da Casa, mas condenam "exposição de servidores à execução pública"

Arthur Virgílio elogia nota de associações de servidores

O SENADOR ARTHUR Virgílio (AM), líder do PSDB, leu ontem da tribuna nota da Associação dos Consultores Legislativos e dos Consultores de Orçamento do Senado (Alesfe) e da Associação dos Profissionais de Comunicação Social do Senado (Comsefe). Nela, as duas entidades defendem uma reestruturação administrativa da Casa, com critérios técnicos, transparência e racionalidade, lembrando que o Senado tem servidores qualificados e comprometidos com o Legislativo.

As entidades expressam ainda "seu profundo desconforto" pelo fato de servidores do Senado estarem sendo "responsabilizados coletivamente por eventuais irregularidades cometidas por indivíduos no exercício de cargos ou funções,



Jonas Pereira

Para senador, manifesto procura "separar joio do trigo" na Casa

que devem ser objeto, caso a caso, do devido processo administrativo ou judicial".

Na nota, enviada aos 81 senadores, as entidades de servidores dizem que "não se justifica a exposição à execução pública de nome de servidores", ainda mais quando não pesa contra

eles nenhuma denúncia formalizada de irregularidade e sem a prévia justificativa técnica para a extinção dos cargos que ocupavam.

Arthur Virgílio manifestou apoio às duas entidades, destacando que a nota trata de separar "o joio do trigo", excluindo "diretor de fantasia" ou "penduricalho para melhorar salários". Lamentou o fato de a atuação condenável de "uma minoria" de funcionários ter afetado a maioria dos servidores da Casa.

Em apartes, também apoiaram a nota os senadores João Pedro (PT-AM), Romeu Tuma (PTB-SP), Jefferson Praia (PDT-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

Cristovam defende fim de mordomias na República

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem em discurso ser necessário acabar com as mordomias no setor público. Lembrando o aniversário de 45 anos do golpe militar de 1964, ele afirmou que a democracia acabou com a censura, as prisões e os exílios, comuns no período, mas não com as mordomias do regime militar.

O senador afirmou que as mordomias começam a ameaçar a democracia, já que por causa delas o Congresso Nacional tem-se desmoralizado. Para ele, está na hora de separar o que é necessário à atividade parlamentar do que é apenas mordomia.

Mais 22 aprovados em concurso são nomeados

O Senado publicou ontem, no Boletim Administrativo do Pessoal, a nomeação de 22 aprovados para a área de Comunicação Social no concurso público realizado em 2008. Na semana passada, a Casa já havia convocado 30 aprovados no concurso.

Estudo demonstra que Senado investiu na redução de gastos

Análise dos gastos do Senado nos últimos 15 anos, realizada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle da Casa, mostra um quadro bem diferente do que vem sendo divulgado pela imprensa nos últimos dias. Conforme o estudo, enviado ao jornal *O Globo*, que publicou no domingo passado matérias com números diferentes sobre o assunto, os dados indicam que o Senado se destaca entre os órgãos que mais têm investido em transparência e que mais contribuíram para a contenção de gastos no setor público.

O documento informa que os gastos da Casa cresceram apenas 56% em termos reais entre 1995 e 2009, considerada a inflação de 277% (medida pelo IGP-DI); o aumento é inferior ao dos demais Poderes e órgãos do Legislativo. As despesas com pessoal e encargos sociais, por exemplo, apresentaram crescimento apenas à frente dos verificados no Poder Executivo. Se for considerado o período de 2004 a 2009, que abrange a última Mesa da Casa, o crescimento real foi nulo, já que a variação nominal dessas despesas, de 33,2%, é muito próxima da in-

flação acumulada no período, de 33,5% (IGP-DI).

A nota enviada ao jornal *O Globo* é assinada pelo consultor-geral de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado, Fábio Gondim, e pelo diretor-geral da Casa, Alexandre Gazineo. Eles afirmam que o aumento de gastos com pessoal não reflete, necessariamente, acréscimo de remuneração. Mas retrata aumento de pessoal decorrente da prestação de novos serviços ligados ao aprimoramento da atividade legislativa, como a transmissão de todos os trabalhos do Senado (comissões e Plenário) pela TV, rádio e internet.

Gondim e Gazineo admitem a existência de distorções, mas dizem que elas se restringem à gestão interna e que são comuns à administração pública do país. Explicam que as dificuldades identificadas tratam de gestão de contratos de terceirização, fiscalização da qualidade dos serviços prestados, critérios de premiação pelo desempenho funcional, estrutura de carreira e política de capacitação dos servidores para gestão por resultados, infelizmente presentes na administração pública.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Ilhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas por Marconi Perillo • Mão Santa • Osmar Dias

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
 Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
 Arte: Cirilo Quartim e Oscar
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Presidentes do Senado e da Câmara concordam em só aceitar medidas provisórias que atendam preceitos constitucionais

Líderes querem disciplinar verba indenizatória

Os líderes do DEM, José Agripino (RN), e do PMDB, Renan Calheiros (AL), discutiram ontem, em reunião com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, o direito dos congressistas a passagens aéreas e a verba indenizatória. Para os líderes, é urgente que as duas Casas do Parlamento fixem regras iguais a respeito dessas questões.

Poucos minutos antes da reunião, a Câmara havia decidido alterar as normas sobre a verba indenizatória, determinando que os deputados não poderão utilizar esse dinheiro para efetuar compras em empresas próprias ou de familiares.

Ao deixar o gabinete da Presidência do Senado, onde foi realizada a reunião, José Agripino disse considerar fundamental que o Legislativo defina rapidamente essas prerrogativas parlamentares.

– Eu defendo o claro disciplinamento dessa matéria. É preciso definir o que se pode e o que não se pode. As normas hoje vigentes são antigas e as restrições, obscuras. O presidente do Senado delegou a definição dessas regras aos membros da Mesa diretora. Hoje não temos uma disciplina clara sobre isso – afirmou o líder do DEM.

Sarney e Temer fazem acordo para reduzir a edição de MPs

OS PRESIDENTES DO Senado, José Sarney, e da Câmara, Michel Temer, vão exigir que medidas provisórias só sejam editadas se atendido o preceito constitucional de serem exclusivamente de matéria financeira e tributária, ordem interna e externa e calamidade pública. A informação foi dada por José Sarney, logo depois de reunir-se com Michel Temer e com os líderes do DEM, José Agripino (RN), e do PMDB, Renan Calheiros (AL).

– Com isso, nós reduziremos bastante a edição das medidas provisórias. É um grande avanço que nós tenhamos conseguido fechar um

acordo imediatamente em torno desse assunto – disse Sarney.

O presidente do Senado destacou que a discussão de medidas provisórias absorveu o Congresso de tal maneira que “se diminuiu a qualidade do debate” dentro das duas Casas legislativas, impedindo que “o Parlamento funcionasse em sua plenitude, aprofundando a democracia”.

Respondendo questionamento sobre a sugestão do presidente da Câmara de permitir votação de proposições, como proposta de emenda à Constituição e projeto de lei complementar, mesmo que a

pauta esteja trancada por medida provisória, Sarney afirmou que a decisão será conjunta da Câmara e do Senado.

– Nós já reunimos outros líderes e já concordamos em apoiá-lo [Temer] – disse Sarney.

Na mesma entrevista, o presidente ressaltou que qualquer decisão sobre verba indenizatória e passagens aéreas de parlamentares será também tomada em conjunto pelas duas Casas do Congresso. Ele explicou que está tratando desses dois assuntos com Michel Temer e que, em breve, uma decisão será tomada.



Ex-presidente Alfonsín (E) em visita ao Senado em outubro de 2003. Para Sarney, o político argentino foi “um grande amigo do Brasil”

Presidente comparece ao funeral de Raúl Alfonsín

Como chefe da delegação brasileira, e representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, José Sarney, viajou a Buenos Aires para participar das honras fúnebres a serem prestadas ao ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, que será enterrado hoje no cemitério da Recoleta.

Raúl Alfonsín morreu na noite de terça-feira, aos 82 anos, vítima de câncer de pulmão.

– Era um grande amigo do Brasil. Sem ele nós não teríamos feito o Mercosul – disse o senador.

Ao lado de Sarney, então presidente do Brasil, Alfonsín trabalhou para anular a corrida nuclear entre os dois vizinhos e estimular uma cooperação no programa Átomos para a Paz. Para Sarney, o mundo inteiro viu a ação dos dois nessa iniciativa como um grande exemplo na construção da paz.

– Realmente, nós conseguimos fazer um trabalho que, hoje, mobiliza o mundo inteiro, concernente ao problema nuclear. Havia uma corrida nuclear, como hoje existe no Irã e na Coreia do Norte, entre Brasil e Argentina. E nós conseguimos pacificar essa questão dentro da maior tranquilidade, sem a interferência internacional – lembrou Sarney.

O presidente do Senado salientou que o ex-presidente argentino não vacilou um minuto sequer em acabar com as divergências históricas entre os dois países.

– Alfonsín foi o grande restaurador da democracia na Argentina. Ele se manifestou na luta contra os militares, como advogado dos presos políticos e, com grande bravura, atravessou aquele período difícil. Foi o presidente da redemocratização. Os argentinos o chamam de “o pai da democracia” – afirmou.

Sarney lamenta morte do “amigo e homem de Estado”

Em nota divulgada assim que soube da morte do ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín, José Sarney manifestou seu duplo sentimento de perda, pelo amigo e pelo homem de Estado. O senador destacou a coragem de Alfonsín no trabalho de redemocratização do país e na luta pela integração latino-americana.

Contemporâneo de Sarney no trabalho de retomada da democracia em seus respectivos países, o ex-presidente da Argentina tinha, na opinião de Sarney, “a firmeza de convicção e a grandeza política para dar os passos decisivos”.

– Raúl Alfonsín foi, sem dúvida, uma das maiores figuras humanas que conheci, e foi também o homem que abriu, com sua coragem, a integração latino-americana – afirmou Sarney na nota.

Para o senador, Alfonsín foi fundamental para transformar a histórica hostilidade entre Brasil e Argentina num processo de integração que posteriormente levou, inclusive, à criação do Mercosul. Sarney lembrou o primeiro encontro de presidentes que teve com Alfonsín na região da Tríplice Fronteira.

– Sua coragem era enorme. Em Itaipu, que os militares argentinos tinham como um ponto de conflito, não hesitou em tomar a iniciativa de visitá-la e com este simples gesto desmontar toda a discussão sobre os danos que a usina poderia causar à Argentina.

O senador também disse que Alfonsín era “exemplo de padrão ético” e citou como virtudes do ex-presidente argentino a firmeza e a autoridade moral, com as quais consolidou as instituições após o regime militar naquele país.

– Será sempre o exemplo do político honrado e de ideias de vanguarda – complementou.

Senado aprova voto de pesar por ex-presidente

O Senado aprovou ontem requerimento de pesar pela morte do ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín. O autor, senador José Nery (PSOL-PA), afirmou que Alfonsín foi um símbolo do retorno dos países da América do Sul à democracia e da luta pelos direitos humanos, após o ciclo de ditaduras instauradas na região.

José Nery destacou a contribuição de Alfonsín, que puniu exemplarmente os chefes das juntas militares responsáveis pela ditadura argentina, regime que levou a perseguições, torturas, desaparecimentos e morte de milhares de cidadãos. Ele manifestou sua solidariedade à família de Alfonsín, ao povo e ao governo argentinos.

O ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI), associou-se ao voto de pesar, e classificou Alfonsín como um “extraordinário político”, que atuou em nome da estabilidade e da democracia no continente, reaproximou Brasil e Argentina e, ao lado de José Sarney, construiu as bases do Mercosul.

O 3º secretário do Senado, Mão Santa (PMDB-PI), lembrou que Alfonsín é tido como “o pai da democracia” em seu país. O senador João Pedro (PT-AM) lamentou a perda de “um grande democrata da América Latina”. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) registrou ter convivido com o ex-presidente quando foi governador do Paraná, e o classificou como um político humilde, preparado e que valorizou o debate para a integração latino-americana.

Também se associaram ao requerimento o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), e o senador Paulo Paim (PT-RS).

Homenagem no Plenário a Arthur Virgílio Filho

Vários senadores homenagearam ontem o ex-senador Arthur Virgílio Filho – pai do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM) – pelo transcurso, na terça-feira passada, do 22º aniversário de sua morte. As manifestações dos parlamentares se iniciaram logo após a leitura pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) de requerimento solicitando a inserção nos Anais do Senado de voto de lembrança pelo aniversário.

Em seu requerimento Flexa Ribeiro recorda o apoio dado por Arthur Virgílio Filho, em 1961, à política externa oficial, sustentando os princípios de autodeterminação, de não intervenção e não alinhamento.

As qualidades do ex-senador foram lembradas por João Pedro (PT-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Tião Viana (PT-AC), Mão Santa (PMDB-PI), Romero Jucá (PMDB-RR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Mário Couto (PSDB-PA), Mesquita Júnior (PMDB-AC), Gim Argello (PTB-DF), Cícero Lucena (PSDB-PB), Aloizio Mercadante (PT-SP), Heráclito Fortes (DEM-PI), José Agripino (DEM-RN), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Marco Maciel (DEM-PE), Alvaro Dias (PSDB-PR), Marisa Serrano (PSDB-MS), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romeu Tuma (PTB-SP).

CCT e CMA recomendam a Lula que edificações do programa Minha Casa, Minha Vida tenham placas solares



Cícero Lucena (à direita, ao lado de Flexa Ribeiro) fala durante reunião da CCT

Comissões querem energia solar em habitação popular

DUAS COMISSÕES DO Senado pedirão ao governo federal a realização de estudos técnicos sobre a possibilidade de utilização de equipamentos de energia solar para o aquecimento de água nas residências a serem construídas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. O documento foi divulgado ontem pelo presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A carta será enviada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à ministra do Gabinete Civil, Dilma Rousseff, e ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. O texto é assinado por Flexa Ribeiro e pelo presidente da

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Renato Casagrande (PSB-ES). Os dois senadores pedem ainda a análise da possibilidade de futura utilização da energia solar "em larga escala" por todo o país.

"Temos a convicção de que, além da economia direta aos consumidores, a energia solar utilizada de forma disseminada poderá trazer outros benefícios, como a redução da infraestrutura na geração, transporte e distribuição de eletricidade", afirmam Flexa Ribeiro e Renato Casagrande na carta.

Na reunião de ontem, a CCT aprovou 33 autorizações para emissoras de rádio.



Segundo Paim, categoria reivindica o pagamento do piso de R\$ 950

Professores podem declarar greve nacional, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que os professores de todo o país podem entrar em greve nos próximos dias, para que governadores e prefeitos cumpram a lei que fixou o piso salarial da categoria em R\$ 950. Esta seria a primeira greve nacional desses profissionais, segundo ele lembra.

A decisão será tomada ainda esta semana pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Hoje, informou o senador, integrantes da CNTE e de entidades estaduais de professores realizarão ato em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, para pedir o cumprimento da lei do piso (Lei 11.738/08).

Paim também apresentou requerimento de aplauso ao Sport Club Internacional, de Porto Alegre, pelos seus cem anos, a serem comemorados no sábado.



Servidores do estado estão com o salário atrasado, afirma Mário Couto

Mário Couto denuncia aumento da violência no PA

"Queria que o que leio nos jornais de hoje fosse alguma coisa relacionada ao 1º de abril, que não fosse verdade", comentou ontem Mário Couto (PSDB-PA) ao informar que a imprensa paraense continua noticiando o crescimento da violência no estado. Além disso, acrescentou o senador, o governo do Pará atrasou o pagamento dos salários dos servidores públicos, inclusive dos que atuam na segurança pública.

Segundo Mário Couto, a cada oito horas um paraense é assassinado. Ele lembrou que, ao se candidatar ao cargo, a governadora Ana Júlia Carepa fez campanha em todos os municípios garantindo que, na sua gestão, a violência acabaria. Na avaliação do senador, a violência vem crescendo desde que a petista assumiu o cargo.

Senadores cobram socorro para os municípios

Diversos senadores pediram medidas do governo federal para minimizar as dificuldades financeiras dos municípios. Elas se agravaram com a redução dos repasses do FPM em decorrência da isenção do IPI sobre automóveis

HERÁCLITO FORTES



"AQUI NO BRASIL, os prefeitos são vítimas há quase sete anos de uma mentira constante por parte deste governo, que lhes promete pacto, acordo, repactuação de dívida e, acima de tudo, dias melhores." A observação foi feita pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI) depois de registrar que 1º de abril é considerado o Dia da Mentira.

VALADARES



ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) disse que a redução do IPI concedida pelo governo para a compra de automóveis está inviabilizando o funcionamento de muitas prefeituras em todo o país. Valadares observou que os municípios vêm sendo prejudicados pela força do poder da União nos últimos anos.

ARTHUR VIRGÍLIO

O LÍDER DO PSDB, Arthur Virgílio (AM), fez quatro sugestões ao governo. São elas: que só conceda, a partir de agora, isenção ou redução de contribuições recolhidas pela União e não compartilhadas com os estados e os municípios; compromisso de que os repasses do FPM sejam sempre, no mínimo, iguais aos valores do ano anterior; suspensão de qualquer pagamento de prefeitura ao INSS até que se realize um encontro de contas; e destinação de R\$ 4 a R\$ 5 bilhões a fundo perdido para ajudar os municípios mais afetados.

ALVARO DIAS



ALVARO DIAS (PSDB-PR) anunciou que seu partido apresentou projeto estabelecendo a criação de um fundo de emergência destinado a auxiliar os municípios a enfrentarem a crise. O senador explicou que os recursos viriam da Desvinculação de Recursos da União (DRU) e do Fundo Soberano.

MÃO SANTA



A SOLICITAÇÃO, FEITA por diversos prefeitos que estão em Brasília, de aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios foi defendida por Mão Santa (PMDB-PI). Ele lembrou que vários senadores, incluindo ele próprio, já foram prefeitos, mas puderam governar a partir de uma situação financeira muito melhor que a atual.

EFRAIM MORAIS



A OPOSIÇÃO NÃO pode aceitar que a conta da crise econômica internacional seja paga pelos pequenos municípios, segundo Efraim Morais (DEM-PB). Ele disse que 85% dos municípios paraibanos não conseguiram pagar a folha durante o mês trabalhado. "Se não pagaram este mês, não pagarão no próximo."

Obras de saneamento estão garantidas, diz ministro

Ao falar durante a audiência das comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o ministro das Cidades, Márcio Fortes, afirmou que a devolução de US\$ 57 milhões ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não significou que os projetos de saneamento tenham sido esquecidos. Os recursos deveriam ser aplicados nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeramobim (CE), Ipojuca, Surubim e Santa Cruz do Capibaribe (PE) e Assu (RN).

– Esses programas migraram para o Programa de Aceleração do Crescimento [PAC] com múltiplas vantagens: o total previsto para as obras aumentou de R\$ 81 milhões para R\$ 94 milhões. É dinheiro garantido, sem possibilidade de contingenciamento e com exigência de contrapartida de 5% dos municípios, enquanto que as regras do empréstimo exigiam 40% – explicou.

Segundo Márcio Fortes, a decisão de devolver os recursos foi tomada em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Também motivou a decisão, frisou, a necessidade de diminuir as dívidas internacionais, tendo em



Márcio Fortes, ao lado de Rosalba, explica devolução ao BID de US\$ 57 milhões

vista as altas taxas de juros e a contrapartida exigida do lado brasileiro.

Para a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), saneamento básico é fundamental para o bem-estar da população. Ela ressaltou que a mortalidade infantil é 40% menor nas cidades onde há saneamento básico.

Jefferson Praia (PDT-AM) observou que falta planejamento nos projetos públicos, nos três níveis de governo. Sem planejamento, observou, sempre haverá obras inacabadas.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse estranhar a devolução dos recursos, pois "todos sabem

que a carência de crédito representa um dos problemas mais cruciais nessa crise financeira mundial".

Efraim Morais (DEM-PB) criticou a atuação do governo na área de saneamento e habitação. O senador salientou que o Executivo anunciou aumento do valor dos empenhos (compromissos de gastos) para as obras nos anos eleitorais e não liberou os pagamentos na mesma proporção.

Marisa Serrano (PSDB-MS) disse que, no atual ritmo das obras, a universalização da rede de esgoto no país vai levar 113 anos e somente será concluída no ano 2.122.